

## **Resultado da Sessão CJF 27/05/24**

### **- MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**

01) 0001453-76.2024.4.90.8000 - Proposta de ato normativo Referendo da Recomendação CJF n. 23, de 6 de maio de 2024, que orienta aos juízes federais com competência criminal que repassem valores depositados como pagamento de prestações pecuniárias e outros benefícios legais à conta da Defesa Civil do Estado do Rio Grande do Sul.

Resultado: Referendada por unanimidade.

002) 0000001-31.2024.4.90.8000 - Solicitações de Créditos Adicionais.

Descrição: Propostas de abertura de créditos adicionais suplementares em favor da Justiça Federal

Resultado: Propostas aprovadas, por unanimidade.

003) 0000855-35.2024.4.90.8000 - Estrutura Orgânica do Conselho da Justiça Federal. Partes: Conselho da Justiça Federal - CJF (Interessado).

Proposta de alteração da estrutura orgânica do Conselho da Justiça Federal.

Resultado: Aprovada a proposta de alteração da estrutura orgânica do CJF. Unânime.

004) 0006766-35.2019.4.90.8000 - Precatórios e RPVs

Proposta de alteração da Resolução CJF n. 822, de 20 de março de 2023, que dispõe sobre a regulamentação, no âmbito da Justiça Federal de 1º e 2º grau, dos procedimentos relativos à expedição de ofícios requisitórios, ao cumprimento da ordem cronológica dos pagamentos, às compensações, ao saque e ao levantamento dos depósitos.

Resultado: Proposta aprovada. Unânime. Acolhida a sugestão apresentada pela Des. Mônica Sifuentes.

005) 0000244-89.2023.4.90.8000 - Gratificação por Exercício Cumulativo de Jurisdição - GAJU.

Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Requerente), Tribunal Regional Federal da 5ª Região (Requerente), Associação dos Juízes Federais do Brasil - AJUFE (Interessada) e Justiça Federal de 1º e 2º Grau (Interessada).

Solicitações de recursos financeiros pelos Tribunais Regionais Federais da 4ª Região para pagamento da Gratificação por Acúmulo de Jurisdição de que trata a Resolução CJF nº 341, de 25 de março de 2015.

Resultado: Retirado de pauta.

006) 0002446-66.2022.4.90.8000 - Procedimento Normativo

Proposta de alteração da Resolução CJF n. 622, de 18 de fevereiro de 2020, que regulamenta a concessão de estágio a estudantes de cursos de pós-graduação, no

âmbito do Conselho da Justiça Federal e da Justiça Federal de 1º e 2º graus, da área de Tecnologia da Informação.

Resultado: Retirado de pauta.

007) 0001894-88.2023.4.90.8000 - Proposta de ato normativo.

Proposta de resolução que dispõe sobre a realização de teletrabalho e de trabalho em regime de auxílio de magistrado(a) federal em localidade diversa de sua lotação, em caso de deficiência ou por motivo de saúde, em interesse próprio ou no interesse de cônjuge, companheiro(a) ou dependentes, e revoga a Resolução CJF n. 570/2019.

Resultado: O Conselho, após o voto da Relatora pela aprovação da proposta, pediu vista o Des. Guilherme Calmon. Aguardam os demais.

008) 0001893-05.2023.4.90.8000 - Alteração de atos normativos.

Proposta de alteração da Resolução CJF n. 51/2009, que dispõe sobre a convocação de Juízes Federais para o exercício da jurisdição no segundo grau ou para auxílio aos seus serviços, para adequá-la às normas previstas pela Resolução CNJ n. 502/2023.

Resultado: Aprovada a proposta de resolução, adequando aos termos da Res. 502/2023 CNJ, nos termos do voto da Relatora. Unânime.

009) 0001577-14.2024.4.90.8000 - Proposta de ato normativo.

Descrição: Proposta de resolução que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados em relação à tramitação de pedidos de transferência ativa de pessoa condenada no âmbito da Justiça Federal.

Resultado: Após o voto da Relatora pela aprovação da proposta, pediu vista a Des. Monica Sifuentes. Aguardam os demais.

10) 0000423-05.2024.4.90.8000 - Indicação de Magistrado para Compor a Turma Nacional de

Indicação da Vice-Presidência do Tribunal Regional Federal da 1ª Região de juízes federais para compor a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais.

Resultado: Aprovadas as indicações, nos termos do voto da Relatora. Unânime.

#### **- MINISTRO OG FERNANDES**

11) 0004055-21.2023.4.90.8000 - Processo Administrativo Comum (VOTO-VISTA)

Incorporação de quintos/décimos.

Uniformização de entendimento quanto ao termo inicial de eficácia das partes vetadas da Lei n. 14.687/2023, cujo veto foi derrubado pelo Congresso Nacional, de forma que o art. 11, parágrafo único, da Lei n. 11.416/2006, passou a vedar a absorção dos quintos/décimos incorporadas entre abril de 1998 e setembro 2001,

pelo reajuste das parcelas remuneratórias previstas nos anexos da Lei n. 11.416/2006.

Resultado: Após o voto da Relatora e da divergência parcial do Min. Og Fernandes, pediu vista o Des. Guilherme Calmon.

12) 0003664-44.2023.4.90.8000 - Inspeção.

Alteração do calendário das inspeções da Corregedoria-Geral da Justiça Federal para o exercício de 2024.

Resultado: Aprovada a alteração do calendário das inspeções, nos termos do voto do Relator. Unânime.

013) 0000990-81.2024.4.90.8000 - Provimento.

Tribunal Regional Federal da 4ª Região - TRF4 (Interessado) e Corregedoria- Geral da Justiça Federal (Interessada).

Comunica a edição do Provimento CG-CJF n. 3/2024, que altera a data da autoinspeção coordenada pela Corregedoria-Geral da Justiça Federal no Tribunal Regional Federal da 4a. Região.

Resultado: Alterada, por unanimidade.

014) 0001530-42.2024.4.90.8000 - CGE - Inspeção

Relatório da Inspeção Ordinária ocorrida no Tribunal Regional Federal da 3ª Região, no período de 16 a 25 de outubro de 2023.

Resultado: Aprovado o Relatório, nos termos do voto do Relator. Unânime.

#### **- Desembargador Federal GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA**

015) 0000086-95.2022.4.90.8000 - Proposta de ato normativo.

Associação dos Juizes Federais da 1ª Região - AJUFER (Requerente) e Justiça Federal (Interessada).

Requerimento administrativo apresentado pela Associação de Juizes Federais da Primeira Região - AJUFER, com pedido de liminar, objetivando a alteração da regra constante do art. 1º, inciso I, da Resolução CJF n. 51/2009, para permitir a substituição de desembargadores federais por juizes federais convocados em período de férias igual ou inferior a vinte dias.

Resultado: Prejudicado o procedimento, diante do julgamento do item 8.

#### **- Desembargador Federal FERNANDO BRAGA DAMASCENO**

016) 0007794-13.2022.4.04.8000 - Consulta Férias de Magistrado.

Partes: Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Consulente) e Justiça Federal  
Consulta do Tribunal Regional Federal da 4a. Região acerca da aplicação da Resolução CJF n. 764/2022, que dispõe sobre a concessão de férias a magistrados no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo grau, tendo em vista o julgamento pelo Conselho Nacional de Justiça dos Pedidos de Providências PP n. 0002209-34.2021.2.00.0000 e PP n. 0005692- 38.2022.2.00.0000.

Resultado: Após o voto do Relator respondendo a Consulta nos termos da manifestação da área técnica, esclarecendo todos os pontos indagados pelo TRF4 e, após o voto divergente da presidente não conhecendo da Consulta, pediu vista a Des. Mônica Sifuentes. Aguardam os demais.

017) 0002967-27.2019.4.90.8000 - Consulta Abono de Permanência.

Partes: Tribunal Regional Federal da 4ª Região (Interessado) e Justiça Federal  
Consulta do Tribunal Regional Federal da 4ª Região sobre o direito de percepção do abono de permanência ante a implementação do direito à aposentadoria especial, com base na Súmula Vinculante n. 33, bem como quanto à possibilidade de o servidor vir a se aposentar, posteriormente, com fundamento em regra de aposentadoria voluntária que lhe assegure as prerrogativas de paridade e de integralidade.

Resultado: A Consulta foi respondida nos termos do voto do Relator. Unânime.

**- Desembargadora Federal MÔNICA JACQUELINE SIFUENTES**

018) 0000967-31.2024.4.90.8000 - Consulta Cargos e Funções.

Consulta do Tribunal Regional Federal da 5ª Região acerca da verificação do cumprimento do requisito de escolaridade para investidura no cargo de Técnico Judiciário - Área Apoio Especializado - Especialidade Tecnologia da Informação, de que trata a Resolução CJF n. 843/2023, relativamente à habilitação específica em cursos de Tecnologia da Informação, que somados apresentem carga horária mínima de 120 horas/aula.

Resultado: A Consulta foi respondida nos termos do voto da Relatora. Unânime.

019) 0002890-91.2022.4.90.8000 - Procedimento Normativo Pagamento de Pessoal.

Proposta de alteração da Resolução CJF n. 4, de 14 de março de 2008, no que se refere à consignação em folha de pagamento dos magistrados e servidores, ativos e inativos, e dos pensionistas do Conselho da Justiça Federal e da Justiça Federal de 1º e 2º graus.

Resultado: Aprovada a alteração da Res. 4/2008, nos termos do voto da Relatora. Unânime.